

# Complicando o difícil

*(Economia - Brasil)*

Se é impossível prever as decisões do Congresso sobre o pacote fiscal que o governo promete encaminhar, logo depois do segundo turno, uma avaliação já se pode antecipar, sem risco de cometer erro ou injustiça: não há exemplo recente de articulação mais desastrosa, de mais rombuga insensibilidade e de mais provocadora arrogância do que a que foi confiada pelo reeleito presidente Fernando Henrique Cardoso à equipe econômica, chefiada pela timidez do ministro Pedro Malan.

O nó dos deslucos começou a ser atado quando o governo misturou as pontas dos fios que deveria manter afastados: a área econômica cuidaria dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a montagem do acordo; ao presidente competiria a costura política, subordinada ao calendário de óbvias conveniências do segundo turno da eleição de governadores em 12 estados e no Distrito Federal.

A descuidada inobservância à norma elementar responde pela barafunda em que o governo se enroscou. Economistas e políticos nunca se deram bem. Ciúmeiras na competição pelo poder e diferenças fundamentais de percepção dos problemas nacionais e da maneira de enfrentá-los azedam o relacionamento obrigatório na faixa oficial. Os políticos desdenham da falta de sensibilidade dos economistas pelas questões sociais, da rigidez técnica dos diagnósticos e zombam dos muitos planos fracassados de estabilização da moeda. Na contramão, os economistas dão o troco, denunciando a ignorância abismal da classe política sobre os fundamentos elementares da economia. Exceções não chegam a atenuar recíprocas e venerandas idiossincrasias, que se manifestam com a virulência de reações alérgicas.

Ora, deixar nas mãos da equipe econômica a dupla responsabilidade da negociação com o FMI e a decisão sobre a oportunidade dos acertos e de sua divulgação foi como entregar a coelhos a tarefa de tomar conta do canteiro de couve.

Reconheça-se que não se trata apenas de inabilidade ou dos atropelos da urgência. A verdade é que a falta de esclarecimentos sobre o alcance e o sentido exato da ajuda dos US\$ 30 bilhões para tapar o buraco da fuga das nossas reservas cambiais e restabelecer a confiança dos investidores remexeu em velhas feridas do orgulho nacional. O FMI é malquisto, um execrado intrometido nas nossas crônicas quebradeiras de pobres perdulários, tão gastadores como os desfrutáveis ministros do Tribunal de Contas da União. Empréstam bisbilhotando as nossas contas embrulhadas, com imposições de ranzinzas.

Com esse fundo de quadro, a equipe econômica passou para o país a nítida versão que, primeiro, negociou com o FMI, submetendo-se ao receituário das exigências; para, só depois, armar a cena da comunicação ao presidente. Pegou muito mal o corpo dos negociadores, de volta dos Estados Unidos, diretamente para o Palácio do Alvorada, onde os esperava o presidente ansioso.

E foi apenas o começo. O pior viria em seguida com o vazamento das medidas acertadas lá fora, a seis dias do segundo turno. Não é necessário pingar o molho da malícia para suspeitar que o vazamento foi intencional. Pois é inimaginável que se julgasse possível guardar segredo sobre acertos dos quais participaram dezenas de assessores, com a língua coçando para contar as novidades.

O estrago alcança as dimensões calamitosas de um furacão sobre a campanha no seu estágio decisivo. E fustiga a todos. Para os candidatos ligados ao governo, muitos em maus lençóis nas pesquisas, soma-se o complicador de justificar para o eleitorado medidas de indecorosa impopularidade, como a tanga de 11% das miseráveis pensões dos aposentados para tapar o rombo na Previdência ou o aumento para 15% dos descontos dos salários dos servidores. Ou o imposto sobre os combustíveis, com a cascata de efeitos inflacionários.

Todos, governistas e oposicionistas, purgam a desmoralização pública dos seus programas de campanha, regados por promessas de atendimento de reivindicações e planos que exigem investimentos. Antes de eleitos, com a faca no gogó, são informados da obrigação de demitir servidores para enquadrar as folhas de pagamentos no teto de 60% da receita tributária. Se a intenção é ganhar tempo, a pressa saiu pela culatra. O presidente vai precisar de muita paciência para apaziguar a sua base em polvorosa, espumando de raiva com os ressentimentos das derrotas e das vitórias enquadradas na moldura da crise, dos cortes, do mandato perdido de véspera.